

Sobre o que pode ser uma etnografia: *um exercício de escrita antropológica ou a história de uma Tapuia*

Janaína Ferreira Fernandes

Docente de Sociologia do IFGO-Formosa
Doutorado em Antropologia pela UnB
Mestrado em Antropologia pela UnB
Graduação em Direito e Ciências Sociais pela UnB
E-mail: jffernandes@gmail.com

Recebido: 16 dez 2024

Aprovado: 18 mai 2025

Resumo: O presente artigo questiona, a partir da crítica de Strathern ao caminho malinowskiano, os modelos de pesquisa e escrita etnográfica chamados Antropologia. Como objeto de pesquisa, trata-se de um observar a história de uma índia Tapuia. Assim, o exercício proposto pode ser considerado um texto etnográfico na ficcionalização como uma forma de escrita etnográfica.

Palavras-chave: Antropologia. Etnografia. Tapuia.

Abstract: This article questions, based on Strathern's critique of the Malinowskian path, the models of ethnographic research and writing called Anthropology. The research object is to observe the history of a Tapuia Indian woman. Thus, the proposed exercise can be considered an ethnographic text in fictionalization as a form of ethnographic writing.

Keywords: Anthropology. Ethnography. Tapuia.

Resumen: Este artículo cuestiona, a partir de la crítica de Strathern a la trayectoria malinowskiana, los modelos de investigación y escritura etnográfica conocidos como antropología. El objetivo de la investigación es observar la historia de una mujer indígena tapuia. Por lo tanto, el ejercicio propuesto puede considerarse un texto etnográfico en ficcionalización como una forma de escritura etnográfica.

Palabras clave: Antropología. Etnografía. Tapuia.

Introdução

O trabalho etnográfico tem se formado a partir de construções teóricas que envolvem basicamente o contato com a alteridade. Ou seja, reporta-se, para a formulação de conceitos e paradigmas inscritos no reino do conhecimento científico, as observações e as participações do antropólogo ou antropóloga em aspectos da vida cotidiana de grupos humanos. Assim, tal tradição epistemológica, ainda, encontra seu ponto de apoio no tipo de Antropologia proposta por Malinowski (1984), no início do século XX.

No que tange ao trabalho etnográfico como meio de alcance de uma realidade tribal, Malinowski, (1984, 24) argumenta que “o objetivo fundamental da pesquisa etnográfica de campo é, portanto, estabelecer o contorno firme e claro da constituição tribal e delinear as leis e os padrões de todos os fenômenos culturais, isolando-os de fatos irrelevantes”. Nesse sentido, a tradição malinowskiana lançou as bases para o fortalecimento da Antropologia no último século, colocando no plano central de suas preocupações a busca por estruturas, leis, princípios e regularidades sociais; mas, acima de tudo, a tentativa de formular teorias científicas a partir da observação da coerência intrínseca às atitudes, rituais, crenças e valores nativos, só perceptíveis ao olhar treinado e academicamente formado do antropólogo ou antropóloga.

Strathern (1987) acentua essa influência quando aponta para o esforço de pesquisadores e pesquisadoras em entender elementos de determinada cultura a partir de outros aspectos dessa mesma cultura. Dessa maneira, tal visão orgânica e sistemática da realidade social pode ser vista em obras de autores considerados clássicos da disciplina¹.

O que este artigo propõe a questionar é: a partir da crítica de Strathern ao caminho malinowskiano, quais modelos de pesquisa e escrita etnográfica podem ser chamados Antropologia? Afinal, depois de mais de um século de produção acadêmica, o modelo malinowskiano encontrou algumas reticências por parte do que se convencionou chamar de Antropologia pós-moderna. Inúmeros ensaios, exercícios e experimentações têm sido feitos a fim de se tensionar os limites da texto etnográfico. Trata-se, aqui, de mais um desses exercícios.

Organizando o caos

Imaginemos, por um instante, uma jovem antropóloga em seu primeiro trabalho de campo. Imaginemos, também, que as discussões pós-modernas sobre epistemologia travadas nos gabinetes da universidade, embora ainda frescas na memória, pareciam não dar resposta aos dilemas enfrentados no dia a dia de trabalho no campo. Isso porque, filiada a uma entidade acadêmica, a antropóloga foi apresentada aos modos de fazer etnográfico que se coadunavam com a cientificidade de modelos metodológicos da melhor tradição malinowskiana. E isso implica anotar dados, realizar entrevistas, analisar documentos, montar genealogias.

Durante a imersão proporcionada pelo convívio com a alteridade, o acúmulo de anotações, vozes, imagens e conversas geraram um certo tipo de caos, refletido nas anotações aparentemente desconexas de seu caderno de campo, e que parece longe dos ideais de sistematização de estruturas, leis ou regras sociais. Muito ao contrário, a observação participante, enquanto metodologia, fazia brotar diante de seus olhos o efêmero, o irregular, o indefinido.

Em uma leitura de John Law (2004), quando trata da ideia de metodologia como construção da realidade, se depare com o fato de que os modelos sistêmicos propostos pela Antropologia clássica nada mais são que uma perspectiva dentre as infinitas perspectivas possíveis relativas aos processos existentes no mundo. Talvez a solução esteja mais em se deixar levar pelo caos do campo, se confundir, deixar que a bagunça das relações e dos processos sociais se desenrolem sem se preocupar em compreendê-los a partir de esquematizações pretensamente científicas.

Levar os conselhos de Law (2004) em consideração acaba por refletir, imediatamente, na própria escrita etnográfica. Isso porque, antes de ir a campo com teorias formadas, procurando formas de encaixar falas e acontecimentos nessas teorias, devemos tentar fazer o mais difícil: formular uma teoria que contemple um aspecto do caos ou, de forma mais sincera, uma perspectiva pessoal, efêmera e histórica de uma constelação infinita de possíveis perspectivas.

Mas, o que isso significa na prática? O que exatamente o trabalho de campo pode oferecer? E, pior, o que fazer com todo o material escrito, desenhado, fotografado e gravado?

Ou seja, se é possível, com algumas imersões em campo, cultivar uma série de materiais, é preciso pensar de forma sincera a respeito tanto acerca da forma como esses materiais foram produzidos e em que eles realmente podem contribuir para o trabalho antropológico.

Qual o seu *spot*? (ou “se oriente, rapaz”)

Orientar-se, situar-se, determinar qual a sua perspectiva. Tudo isso faz parte do trabalho antropológico na medida em que é com base nessa auto-reflexão que se pode pensar a respeito do o que é produzido em campo e tratado como dado etnográfico. Nesse item, gostaria de tecer alguns comentários sobre a construção de pessoas por meio de relações. Afinal, por meio da análise das formas pelas quais essas construções são empreendidas podemos não só escrever a partir de uma perspectiva, como também compreender qual o seu alcance em termos de produção de conhecimento. Em síntese, compreender seu lugar nas interações com as pessoas em campo parece ser o primeiro passo para se adotar uma perspectiva etnográfica, plenamente, consciente tanto em relação aos seus efeitos, quanto em relação às suas limitações.

Falemos, por exemplo, da relação vivida por mim e por Maria Bela, uma senhora falecida em 2015, rezadeira Tremembé, habitante da Terra Indígena de Almofala, no oeste do Estado do Ceará. Pela sua ocupação, Maria Bela possuía uma posição de respeito em Almofala, mas também de temor. Por vezes chamada de macumbeira, por vezes de curadora, seu conhecimento era valorizado por algumas lideranças indígenas, que veem em seus relatos um tipo de sinal de distintividade étnicaⁱⁱ. Tem um amplo conhecimento de medicina tradicional e contato direto com entidades mágicas chamadas de encantados, também denominados mestres, o que lhe garante uma posição ainda mais respeitável e temível.

Fui levada à sua casa por outra importante liderança, Dijé, irmã do cacique João Venâncio, quando lhe perguntei quem poderia me explicar mais sobre os encantados. À época, Maria Bela estava bastante debilitada devido a uma doença, mas se mostrou muito receptiva em conversar. Em pouco tempo, as visitas tornaram-se um hábito, no que acabou resultando em longos trechos de diário de campo dedicados a várias horas de entrevistas gravadas. Suas narrativas eram sempre sobre acontecimentos de sua vida que me contava com sua fala pausada. O rosto sereno marcado pelo tempo era muito

gentil. Quase dois anos depois daquele primeiro encontro, tive o prazer de revê-la e recomençar nossos ciclos de conversas. Dessa vez, estava mais corada e visivelmente mais forte, mas a calma do semblante e a simpatia de sua relação comigo eram as mesmas.

Em nenhum momento durante todo esse tempo, Maria Bela questionou-me os motivos das visitas. Tendo explicado que vinha de Brasília pesquisar sobre os Tremembé, parecia satisfeita em falar por horas sobre sua história pessoal, sem que precisasse instigá-la a isso. No entanto, nossa relação restringia-se aos momentos em que a visitava, uma ou duas vezes por semana durante as estadias.

Nossa relação se fez de construções, tanto minhas quanto de Maria Bela. Era preciso que compreendesse qual era meu lugar naquela relação, antes mesmo de tentar compreender o que estava me dizendo. Isso porque essas construções são, basicamente, construções de pessoas. E o modelo de interlocutora que Maria Bela criou para mim – e que aceitei desempenhar – acabou por guiar seus relatos e formas de se expressar. Sabendo que eu era uma pesquisadora de Brasília, interessada na cultura de seu povo, muitas de suas falas reportavam ao modo de vida que levava em Almofala no tempo em que era mais jovem e sobre traços de sua personalidade, que a indicava como uma índia Tapuia, braba. Assim, as histórias giravam em torno dos trabalhos que fazia com os encantados, seus mestres, e dos acontecimentos de sua vida decorrentes desses trabalhos, explicando suas atitudes e comportamentos em situações conflituosas por meio do sangue de índio que corre em suas veias.

Compreender minimamente o meu lugar como interlocutora de Maria Bela dá um sentido a mais às histórias por ela contadas. Mas como transpor essa compreensão para o texto antropológico, ou seja, como escrever de forma a ressaltar o lugar de fala ou os limites do conhecimento que se deseja produzir? Em outras palavras, voltando à questão do item anterior: levando em consideração toda a especificidade da relação travada, o que fazer com todo o material produzido em razão dessa relação?

Talvez o ponto de partida para a elaboração de um texto antropológico que leve esses questionamentos em consideração, o que se poderia chamar de uma Antropologia auto-reflexiva, seria a compreensão de que se trata, antes de tudo, de uma criação, tal qual definida por Wagner (2012). Quando escreve a respeito da noção de criação da cultura, esser autor pensa sobre as formas pelas quais o antropólogo ou antropóloga ordena as experiências vividas em campo. Ou seja, uma vez elaborado todo aquele material a partir do trabalho de campo, será transformado em um texto antropológico na

medida em que quem o constroi esteja disposto a criar.

No entanto, é preciso anotar que falo aqui em criar, como propõe Wagner (2012), da forma mais consciente e auto-reflexiva possível. Em outras palavras, não tratar a criação como ato de invenção, tal qual definiram Hobsbawn e Ranger (1984); mas, antes, ver a criação como processo constante de interiorização de convenções e exteriorização de internalizações.

De acordo com Wagner (2012), as convenções sociais são elaborações contextuais que envolvem elementos simbólicos das mais diversas ordens, fazendo com que as pessoas envolvidas em determinados contextos, apreendam os símbolos sociais convencionalizados e os interiorizem. Porém, nesse ato, reelaboram ou produzem ou criam novos significados em torno dos signos apreendidos e os exteriorizam, formulando novas convenções a partir de novos contextos.

Nessa perspectiva, a construção do discurso é tanto uma criação de quem o realiza, por meio de internalizações dos contextos externos nos quais o discursante está imerso, como evocação das reelaborações das convenções, realizadas tanto a partir de sua história de vida quanto a partir da construção do interlocutor a quem o discurso é dirigido.

Dessa forma, na situação vivida com Maria Bela, pode-se falar que a observância das criações produzidas durante a relação pessoal deve levar em conta principalmente as elaborações teóricas da narradora, na medida em que conta sua história para alguém. O ato de narrar implica a organização dos eventos, a produção de um estilo narrativo próprio e a construção de opiniões, justificativas e modos de expressão e entonação gestuais e faciais. Assim, podemos dizer que suas narrativas, enquanto criações, devem ser trabalhadas em um texto antropológico de modo que seja capaz, na medida do possível, de mostrar os processos de construção do discurso, bem como a relação pessoal e única com a antropóloga, para quem o discurso é proferido.

Proposta de um exercício epistemológico

Diante dessas considerações, duas perguntas ainda resistem. Falarei sobre apenas uma delas nesse item, sendo que a segunda – o que pode e o que não pode ser considerado Antropologia – será levemente tocada nas considerações finais, após o exercício de escrita proposto aqui.

Por ora, gostaria de tratar de uma questão prática: diante do caso citado – da relação entre mim e Maria Bela – como produzir um texto antropológico que dê conta do que foi chamado acima de Antropologia auto-reflexiva? Ou seja, como elaborar, na prática, algo que possa refletir mais que um conjunto de dados sistematizados na forma de uma linguagem sociológica?

Ora, se em uma pesquisa de campo, entramos em contato com várias pessoas, cada qual elaborando discursos e narrativas criadas a partir de seu próprio contexto e da relação única que possui com seu interlocutor ou interlocutora, a homogeneização desses dados parece-nos impensável, do ponto de vista do tipo de Antropologia de que estamos falando neste artigo. Mas, ao mesmo tempo, o material produzido pela antropóloga precisa, de alguma forma, ser usado.

Pensando nessas questões, proponho um exercício de escrita etnográfica não convencional em termos modernos. Trata-se de um trabalho de ficcionalização, no qual as experiências com nativos, relatórios de campo, impressões pessoais, entrevistas gravadas, leituras prévias de outros pesquisadores e pesquisadoras, são levados em conta. Tal proposta almeja que os diálogos travados com Maria Bela sejam transmitidos à luz das experiências pessoais da antropóloga, tanto no que se refere à percepção das histórias relatadas, quanto à outras referências vindas de outros diálogos de campo, refletindo a perspectiva pessoal construída pela antropóloga ou a imagem que construiu de seus interlocutores ou que permitiu que fosse construída por eles.

Talvez essa proposta coadune-se com o que Strathern (1987) chama de ironia, uma justaposição de contextos, algo que a Antropologia perdeu desde Malinowski, mas vem ganhando mais sentido em trabalhos considerados pós-modernistas. A justaposição de elementos diversos, observados, imaginados e trabalhados pela antropóloga acabam por se tornar um texto etnográfico, na medida em que o consideramos algo capaz de transmitir uma perspectiva pessoal, histórica e efêmera, em meio a infinitas outras perspectivas possíveis de serem transmitidas.

Dessa forma, as histórias de Maria Bela serão narradas a seguir de forma a tentar refletir as imagens construídas pela antropóloga ao longo de sua experiência pessoal no trabalho de campo. Isso implica, primeiramente, a escolha das narrativas. Tendo entrado em contato com um número grande de histórias, foi necessário escolher algumas poucas para serem transmitidas aqui. Para isso, foram selecionadas aquelas que mais pareciam definir Maria Bela, tanto em relação ao modo como ela quis se definir para mim, como em relação ao modo como a construí.

Assim, o ponto de partida escolhido foi justamente a história de como ela descobriu ser médium e como entrou em contato pela primeira vez com os encantados ou mestres, que a auxiliam em seu trabalho de rezadeira. Também, várias das frases e expressões utilizadas ao longo do texto referem-se diretamente ao modo de falar de Maria Bela quando de suas narrativas, e também às expressões e sotaques ouvidos em Almofala.

Além disso, outras explicações, histórias e expressões, utilizadas em diálogos com outros interlocutores foram utilizados para compor o cenário do texto. Dessa forma, espera-se que seja possível chegar não ao mundo de Maria Bela, ou ao mundo Tremembé de oitenta anos atrás, mas à perspectiva que me foi dada por Maria Bela e por outros tantos interlocutores e interlocutoras de como era a vida em Almofala pratasmente.

Uma indiazinha Tapuia, uma indiazinha Tremembé

Uma casinha de pau a pique em frente à praia. Seus três cômodos acolhiam os filhos e filhas de Isabel e Chico Bernardes. O telhado, de folha de carnaúba, aquecia as noites do inverno morno do Ceará. Durante o dia, o calor só era apaziguado com a brisa constante que vinha do leste, ou por um serenozinho que vez ou outra caía pelas manhãs. Um vento sem fim que carregava areia e dunas pelos litorais e que salpicava as pernas nuas das mulheres e os corpos frágeis de suas crianças. A cozinha era improvisada no chão do quintal, coberta de folhas e rodeada de cutunas trepadas a pés de pau. Redinhas curtas feitas de rede de pesca era o descanso dos corpos nas tardes ensolaradas, naqueles momentos do dia em que a fadiga do trabalho parecia se tornar insuportável.

No dia anterior, por exemplo, Izabel e as meninas tinham ido para a praia bem cedo, quando o mar estava esvaziando, para caçar búzios. Foram quase até o Lagamar pegando os bichinhos, rebolando tudo dentro de sacos de estopa. Foram tanto dos búzios que Izabel quase que não aguentou o peso da carga. E ainda dizem que índio é preguiçoso! Valha-me, Nossa Senhora! Índio que é índio sabe fazer de tudo para sobreviver.

Naquele tempo, de primeiro, não tinha luxo não. Luxo era barriga cheia. E olha que tinha muita mata e muita fartura. Tanto que quando chegaram em casa, Izabel mandou chamar sua mãe e sua comadre Damiana para comer os búzios cozidos.

Mas naquela manhã Isabel cozinhava uma arraia no leite de coco que seu compadre lhe tinha trazido do mar. Chico tinha saído cedo no lombo de um burro e não tinha lhe falado quando voltaria. Sabia muito bem o que aquilo significava. Era algum rabo de saia, com certeza. As safadezas do marido eram conhecidas, mas Isabel nunca disse nada. Não havia o que fazer, era a natureza dele. Além do mais, era um homem bom. Não andava metido com bebida e trazia o que de comer para casa. Era meio avariado, brabo como um índio réi.

Isabel era uma índia muito bonita. Alva, cabelos escorridos e negros até a cintura. Sabia ler toda letra desse mundo e dava aulas para os filhos de seus vizinhos. Era a forma de ganhar um dinheiro e também achava que o conhecimento era algo importante. Fez questão que todos os filhos fossem à escola, menos uma, Maria Bela. A menina insistia que queria aprender. Pegava escondido os livros do irmão e, quando dava fé, estava rumo ao colégio. Quando disse que queria estudar, a mãe foi taxativa:

- E por que vou botar uma bicha dessa na escola? Negro não presta para saber ler. Sabendo, só faz o que não deve.

Maria não falava nada, mas continuava a estudar escondido. Era uma mocinha quieta, calada. As irmãs diziam que era louca porque gostava de ficar só. Naquela manhã mesmo saiu logo cedo sem nem ter comido nada. Tinha ido se banhar no córrego e não costumava chamar ninguém para acompanhá-la. Ao contrário das outras crianças, não tinha medo das visagens da mata. Nenhum de seus irmãos costumava frequentar o córrego sozinho. Eram tantos os encantos da mata e das águas que não se podia ter certeza sobre o que se poderia encontrar. Primeiro, tinha a caipora, que podia muito bem dar uma surra em qualquer desavisado que tentasse passar pelo seu caminho. Depois, tinham as visagens e os assobios, que faziam medo aos desafortunados que se deparassem. Além do mais, tinha a Mãe d'Água, um encanto que vivia em córregos e lagoas. Mas Maria, com apenas nove anos, queria apenas sair para comer as frutas que o inverno trazia e se banhar no córrego. Não era muito próxima das irmãs, que estavam mais preocupadas com vaidade. Mais parecia um rapazinho, correndo pelos caminhos.

Era época de cana e uns homens estavam cortando alguns pés. Naquele dia, sua ânsia pela água era tão grande que sequer parou para chupar a cana que lhe tinha sido oferecida. Tinha chovido no dia anterior. Uma chuva grossa que encheu o córrego de piabas. Tio Izídio tinha dito que as piabas caíam do céu quando a chuva era boa e era por isso que as lagoas ficavam com tanto peixe no inverno. Onde tem água, tem peixe. Onde tem mato, tem bicho. Onde tem moça, tem moço.

E não sei o porque disto. Era uma oferta da natureza e tudo o que dava ou era alimento ou era remédio. Mas, Maria queria apenas a felicidade da sua brincadeira silenciosa e, em meio aos cardumes, sentia nos pés o frescor da lama do fundo do riozinho. Deslizava os dedos em círculo, até formar um buraco no solo do córrego.

Tudo aconteceu em um instante. Como que subitamente, os pés da menina flutuaram e, procurando o apoio no fundo d'água, só encontrava o vazio. Uma cobra imensa, de uma grossura que jamais tinha visto, enlaçou todo o seu corpo. O frio da água desapareceu e seus membros ficaram dormentes, como se a anaconda tivesse lhe anestesiado. Ia passeando em cada ombro e demorou-se na cabeça, girou em torno da menina até cravar o olhar nos fundo de seus olhos. Maria jamais se esqueceria daquele olhar. Duas bolas azuis como anil. Não sentiu medo naquele momento, embora não conseguisse falar. E aquele olhar. O animal lambeu o beijo, como é das cobras fazerem, mas sua língua não era rachada. Era uma língua de gente, como que fosse a de qualquer outra pessoa. E da mesma forma que apareceu, foi embora, entrando pelo buraco que Maria tinha feito com os pés.

Uma vez liberta, a menina foi capaz de gritar por socorro. Os homens que havia encontrado no meio do caminho lhe atenderam o chamado, mas não encontraram nenhum rastro de cobra. Voltou para casa se lastimando e se deparou com a mãe na cozinha. Isabel logo percebeu que alguma coisa tinha acontecido à filha, pegou-a no colo e levou-a para o quarto, aconchegando-a na sua rede de dormir:

- O que aconteceu, Maria?

A menina contou e depois pegou no sono. Seu corpo ainda estava anestesiado. Era um sono entrecortado e cada vez que Maria abria os olhos, e os fixava para fora da janela, percebia o firmamento baixo, como se ela pudesse tocar o céu com as mãos. Era como se estivesse em outra dimensão, a dimensão dos encantos. Antes do sol se por, porém, levantou-se e reclamou de sede. Tinha um agdã cheio de água fresca. Maria pegou uma caneca e começou a beber água. Eram canecadas e mais canecadas de água.

Os dias se passaram e Maria não conseguia firmar o pé no chão. Rastejava-se pelos cantos, sem forças na perna. Isabel precisava resolver a situação. Mandou, então, seu filho Luis chamar tio Anastácio, que era rezador e poderia fazer alguma coisa:

- Não era cobra, não. Olha, dona Isabel, esse trabalho aí não posso fazer não, senhora. Eu rezo porque vim para rezar. Mas tem que mandar chamar o pajé.

Tio João, o pajé de Almofala, era um velhinho de rostinho bem feitinho. Vinha com uma bengalinha na mão:

- É. A menina é médium e as correntes dela estão muito baixas. Minha filha, a cobra que você diz é uma moça que veio lhe fazer o benefício. Você já é coroada de nascença e ela só veio lhe coroar ainda mais. Ela fez todos os trabalhos em você. Ficou faltando só um. Eu vou ajeitar suas correntes. Este povo não tem vergonha, se ocupando da pobre de uma inocente! E voltando-se para Isabel novamente:

- Quantos anos a bichinha tem?

- Não fez nove ainda.

- Pois bem. Quando inteirar os quatorze anos, ela vai trabalhar. A princesa já fez todos os trabalhos de encruzar. Agora está pronta, só falta esperar a idade.

Tio João ainda voltou nos dois dias seguintes para rezar em Maria e tirar os encostos que ainda a cercavam. Pois veja, ainda era uma criança e seu destino já estava traçado!

Os anos se passaram. Os filhos de Izabel e Chico caíram no mundo. Uma delas, Ana, tinha se aventurado com o marido no Maranhão e escrevia para a mãe contando da riqueza daquela terra. Toda aquela descrição parecia ser tão diferente do que tinha virado a aldeia da Lagoa Seca, onde a família sempre tinha morado, e onde tinham morado os pais e avós de Izabel e, antes disso, seus antepassados. Os cajueiros velhos ainda estavam lá para contar história, mas a paisagem já não era a mesma. Muitos pés de pau haviam sido derrubados e não se encontrava mais a mesma fartura que antigamente. Os caminhos, antes livres, agora estavam sendo cercados. Tinha muita gente que nem era de Almofala. A maioria tinha chegado arrastando uma cachorra magra e agora se fazia às custas das terras dos caboclo réi.

Aquela terra era dos índios, tinha sido dada pela Princesa Izabel, lá de Portugal. Mas o povo de fora não respeita nada, só quer saber de ambição. E nisso aquele lugar tão bom de viver foi se transformando em um amontoado de gente que nem era dali. O velho Chico outro dia mesmo chegou em casa contando de três caboclos que tinham sido assassinados na aldeia da Passagem Rasa pelos homens que botaram casa onde não era deles. Os caboclos réi queimaram a construção e foram pegos de emboscada, na covardia. Uma tristeza!

Ana e seu marido, Antônio, partiram em um dia de agosto com o filho pequeno e dois burros cheios de carga. Izabel se lembra de vê-los sumindo na praia, em direção ao Preá. No dia seguinte, quando foi caçar búzios para cozinhar, a maré já tinha limpado suas pegadas. Não sabia quando veria outro sinal daquela filha. No inverno do ano seguinte, na pequena casa restavam apenas Izabel, Chico, Maria Bela e Luis.

Era o tempo em que Maria completaria quatorze anos. Continuava tão calada quanto antes, mas agora não era apenas o gosto pela solidão que a fazia viver fechada. Os encantados diziam para que ela não falasse muito. Eram crianças lindas em sua maioria, mas já eram mestres e precisavam ser atendidos. Maria aprendeu tudo nos sonhos com eles; todas as rezas. Acordava no meio da noite com as palavras frescas na cabeça, sentava-se na rede e escrevia no chão de areia tudo o que lhe tinha sido contado. De manhã, anotava no papel e sabia que aquilo era segredo porque era coisa encantada. Não devia ser revelado a ninguém.

Isabel olhava aquilo tudo e nada dizia. Sabia que não era doidice, como os outros falavam. Maria Bela era diferente. Mas não só por isso. A adolescência trouxe mais que a introspecção para a menina. Agora, era braba e fazia o que lhe desse no entendimento. Tinha sangue de índio réi. Celava burro e andava por Almofala inteira, defendendo-se de quem quisesse se aproveitar com uma peixeira amarrada na cintura. O coração da menina só amolecia por sua mãe. Ela lhe queria tão bem! Maria era capaz de dar a vida por Izabel. E não demorou muito para que ela provasse isso.

Naquele tempo, o velho Chico continuava lá com suas namoradas e suas andanças por Almofala. Era uma mulher lá do Lameirão. Vez ou outra, montava em um burro e ia na direção da casa dela. Só voltava com a noite fechada. Um dia, já em plena madrugada, Maria acordou com barulho de pisada fora de casa. De manhazinha, quando foi ver, tinha rastro de tamanco de mulher. Olhou para o pai e se aproximando, disparou:

- Se você quer ter lá suas namoradas, o problema é seu. Mas se alguma gatuna dessa fizer pouco da mamãe, por Deus, eu mato. E se alguma vier aqui na casa da mamãe, eu mato também.

O velho não falou nada. Apesar da pouca idade da menina, sabia que estava falando sério e do que a filha era capaz. Mas Maria não ficou satisfeita. Amarrou o facão na cintura e saiu na direção do Lameirão. Queria falar com aquela mulher que estava zombando da sua mãe. No meio do caminho, deparou-se com a dita cuja. Sem rodeios, já logo lhe gritou com a faca em punho:

- Da próxima vez que souber de você fazendo pouco da minha mãe, eu te mato. Ouviu bem? Eu te mato.

O olhar de Maria era puro ódio. Com os dentes cerrados, lançou aquelas palavras e deu meia volta. A mulher, parada no meio do caminho, não sabia se continuava seu trajeto ou se voltava para casa. Era o que tinha que ser feito. A menina precisava defender a honra de sua mãe.

Enquanto voltava para casa, se sentia cada vez mais leve e forte, como se nada nesse mundo pudesse lhe fazer mal. Vez ou outra, a imagem de sua mãe e das troças que a mulher fazia às custas dela lhe vinham à cabeça. Andava rápido para chegar em casa.

Mas no meio do caminho, embaixo de um cajueiro, avistou algo. Não sabia dizer o que era de início. Chegando perto, reconheceu a forma de um cachorro, mas este era enorme, como nunca tinha visto, com a pelagem alva, longa, patas grossas e corpo robusto. Ele a acompanhava com os olhos fixos em seu andar. Maria olhou-o longamente, mas não parou seu trajeto. Passou por ele e ele, como se tivesse sido chamado, a seguiu. Ia firme ao seu lado. Não parava para farejar ou ir atrás de qualquer outro atrativo, desses que os cães encontram no mato.

Foi lhe dado o nome de Plack. Era o companheiro de caminhada de Maria Bela em qualquer lugar que fosse. Era um animal bonito e não largava a menina em nenhuma ocasião. Dizem que o cachorro é o melhor amigo do homem. É muito mais fácil o animal entender o ser humano que um ser humano entender o outro. E foi por isso que Maria andava com Plack. Dormia perto de sua rede.

Até que, certa vez, Isabel e Maria já deitadas, o cão veio. Encostou a cabeça na cama de Maria. Depois encostou na de Isabel e deitou-se no seu canto. Mas sem aquele jeito próprio dos cachorros se deitarem, sem ficar rodando para encontrar lugar. Deitou-se de uma vez e cravou aqueles olhos na menina. Foi só então que ela entendeu. Levantou-se de sua rede e afagando a cabeça de Plack, disse:

- Você me perdoe, porque não percebi quem você era. Achava que era apenas um cachorro, mas você é um gênio, não é mesmo? Saravá você, saravá mamãe, saravá eu; saravá mamãe, saravá eu; saravá você; saravá eu, saravá você, saravá mamãe.

Todo bicho tem seu modo de ser, seu próprio jeito de brigar pela vida. Como quando se pesca o peixe, ele tem seu jeito de tentar fugir da armadilha. É da sua natureza. Mas alguns são diferentes, agem de uma forma que não era para agir. São, na verdade, encantados, porque sua forma de ser é um segredo muito grande. Aquele que é atento às coisas e sabe como os bichos da natureza são é capaz de perceber essas diferenças e saber com o que está lidando. Maria Bela só entendeu com o que estava lidando naquele dia; e soube também que Plack veio lhe fazer companhia.

Nos caminhos estreitos, rodeados de mato, a mocinha percebia os riscos que corria. Certa vez, indo para o Curral do Peixe, topou com um homem. De faca em punho, ele veio em sua direção. Segurou a menina pela cintura e tentava tirar-lhe a roupa. Não havia ninguém por perto e era desnecessário tentar gritar por socorro.

O que o bandido não esperava foi Plack que, pulando em cima do sujeito, derrubou-o no chão e mordida seu braço com força. Maria pegou sua peixeira, se aproximou do rosto do infeliz e disse:

- Bandido, quer se aproveitar de mim, pois então vou deixar minha marca no seu rosto, para saber que brigou com uma indiazinha Tapuia, uma indiazinha Tremembé de Almofala! – Cortou o rosto do homem e seguiu seu caminho com Plack.

Considerações finais

Não é o intento, nestas considerações finais, tecer comentários pontuais a respeito do texto acima. Gostaria apenas de acrescentar uma justificativa ao exercício proposto, uma vez que agora o texto pode ser julgado em sua eficácia ou despropósito. Trata-se das questões que podem ser aventadas por meio de sua leitura. Não é o propósito descortiná-las aqui. Muito ao contrário, a escolha das histórias a serem relatadas e as palavras utilizadas na ficção são justamente os meios pelos quais se optou por lançá-las à discussão.

Então, novamente, o exercício proposto pode ser considerado um texto etnográfico?

Ora, se consideramos Antropologia uma disciplina cujo objetivo primordial seja o de comparar sistemas sociais, a resposta seria definitivamente não. Porém, se pensarmos a Antropologia como um modo para acessar outros modos de vida, conceitos, experiências, apreendendo-os por meio de experiências e perspectivas pessoais, históricas, efêmeras e únicas de outras pessoas, aí sim podemos tratar o texto acima etnograficamente. Produzir textos que sejam sinceros e auto-reflexivos no que tange às experiências pessoais necessárias para sua elaboração deve ser um ponto de apoio da disciplina.

Até que ponto a produção de conhecimento antropológico pode ser discutida? ou seja, estamos dispostos a colocar em xeque a razão de ser ou as formas pelas quais a disciplina tem se instituído metodologicamente? Talvez alguém considere o risco de se falar na ficcionalização como uma forma de escrita etnográfica – ou quaisquer outras formas de produção de textos não convencionalmente científicos – uma aposta demasiada alta.

Referências

- BENEDICT, R. **Padrões de Cultura**. Lisboa: LBL, 1972.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LAW, J. **After method: mess in social science research**. New York: Routledge, 2004.
- STRATHERN, M. Out of context: the persuasive fictions of anthropology. **Current Anthropology**. V. 28, n. 3, p. 251-281, 1987.
- MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- OLIVEIRA, J. P. de. “Uma etnologia dos índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: Oliveira, J. P. (org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria / LACED, 2004.
- WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ⁱ A título de exemplo, podemos citar Ruth Benedict – que, em seu *Padrões de Cultura* (1972), afirma que a compreensão completa das práticas culturais só é possível na medida em que o pesquisador seja capaz de compreendê-las em seus próprios termos – ou Clifford Geertz (2004), quando fala em um mundo social composto de símbolos a serem interpretados pelo antropólogo a partir de uma descrição densa que perceba os significados das práticas sociais e culturais.

ⁱⁱ Embora não seja o interesse aqui, é importante mencionar que o povo Tremembé, habitante do Estado do Ceará, insere-se etnologicamente na categoria Índios do Nordeste, sugerida por João Pacheco de Oliveira (2004) e que vem sendo tratado pela bibliografia especializada como grupo étnico se verifica um processo de reelaboração étnica. Daí a importância dada por algumas lideranças a elementos culturais que indiquem distintividade étnica.